

RESENHAS

Para pensar o Brasil depois do Golpe

Otávio Augusto Cunha¹

Resenha de: DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

A publicação de um livro que reflita sobre o atual momento político do Brasil é fundamental para ajudar a compreender a complexidade do conturbado processo histórico recente pelo qual passa o país, além de necessário para jogar luz a respeito dos desafios que a classe trabalhadora brasileira tem pela frente a partir de então. A tese central de *Depois do Golpe* gira em torno daquilo que o autor aponta como a consolidação da *democracia blindada* no Brasil com a ascensão de Michel Temer ao poder, ainda que os objetivos dominantes que desencadearam o golpe jurídico – parlamentar que depôs Dilma Rousseff ainda estejam em curso - e sem um desfecho definido - é fundamental que se faça uma reflexão que dê conta de apontar possibilidades de análise. Dessa forma, os capítulos propostos pelo autor fazem parte de um esforço intelectual que busca compreender como se caracteriza a atual forma de dominação capitalista no Brasil e, principalmente, como se deu o aparecimento da onda conservadora que acometeu o país recentemente e consolidou o golpe contra o sufrágio de milhões de brasileiros. De forma que a reflexão busca demonstrar como se dá a atual forma do Estado Burguês e que tipo de particularidades esse Estado ganha no Brasil recente. Felipe Demier é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente é professor no departamento de Política Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Vinculado à tradição do pensamento marxista - e sem poupar críticas ao papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores em todo o processo histórico - Demier traça ao longo de seis capítulos uma interpretação coesa a respeito do regime político adotado pelo Estado Brasileiro, antes e depois do golpe. O livro aponta ainda para as características e os limites de um regime *blindado* aos anseios populares.

O primeiro capítulo, intitulado *Democracia e Capitalismo: História, luta de classes e hegemonia burguesa*, introduz uma reflexão que chama a atenção para a importância do estudo dos diferentes tipos de regime que o Estado capitalista pôde assumir ao longo dos seus 150 anos de existência (Bonapartismo, ditadura ou democracia representativa). A Diferenciação entre “regime” e “governo” é fundamental para a proposta do autor, já que sua interpretação sobre o golpe de 2016 no Brasil aponta para uma mudança de governo que não

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH – UFF)

significou uma alteração no tipo de regime (p. 15). Para Demier, os diferentes tipos de regime nunca se configuram em sua forma “pura”, podendo apresentar características diferentes da sua composição “original”. É o que o autor chama de “composição química”, na qual “é a predominância - determinada pelo caráter da luta de classes – de alguns de seus componentes sobre os demais que nos permite arriscar formulações teóricas-analíticas mais próximas da realidade concreta” (p.24). Recuperando as fundamentais contribuições da tradição marxista de autores como Trotsky e Gramsci, o autor, sem desconsiderar o elemento coercitivo do Estado, enfatiza o papel do consenso para a conquista da hegemonia no terreno da atual democracia liberal burguesa de tipo restrito (ou blindada).

No capítulo 2, *A Democracia Blindada: uma nova forma de dominação política*, o autor aprofunda essa discussão e aponta como essas formas de regime adotam como único o discurso neoliberal e suas reformas impopulares. Esse modelo emerge após a crise dos anos 1970, e o esgotamento do modelo de acumulação baseado no Welfare State, e o que se observa é um abandono de um tipo de regime democrático burguês de pacto social para o surgimento de um modelo de concertação social, no qual há uma clara intensificação do elemento coercitivo do Estado - e a questão social é duramente reprimida em todas as suas instâncias -, ao mesmo tempo em que há uma maior preocupação com a conquista da passividade das massas frente às contradições do modelo de acumulação capitalista, destaca – se aqui o papel da ideologia e, principalmente, o papel de diversos *aparelhos privados de hegemonia* (mídia, ONG’s, fundações sem fins lucrativos) na busca pelo consenso da ordem do capital e na distorção da real dimensão das lutas sociais². Essas democracias blindadas são, segundo o autor, impermeáveis a qualquer demanda advinda dos “de baixo” e se configuram pelo caráter autoritário e contrarreformista presente na retirada impiedosa de direitos sociais e políticos, com destaque para o crescente empresariamento do Estado e a consequente leva de privatizações.

No Capítulo 3 *A formação da democracia blindada no Brasil: origens e desenvolvimento*, o autor se propõe a analisar de que forma esse tipo de regime foi adotado pelo Estado capitalista no Brasil. Para isso, traça uma breve reflexão a respeito da transição “pelo alto” que as classes dominantes buscaram realizar ao fim do período ditatorial a partir de 1985, abafando as demandas populares e objetivando preservar os privilégios históricos garantidos pelo golpe de abril de 1964. Esses objetivos se chocaram com a reorganização da classe trabalhadora no mesmo período, e o autor destaca o surgimento do novo sindicalismo no ABC paulista no fim dos anos 1970, com destaque para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983 e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em 1984. Com a “crise de hegemonia” instalada - e uma carta

² FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora EPSJV/UFRJ, 2010.

constitucional de 1988 não tão favorável às reformas do capital -, Demier observa que esse impasse é revolvido com o bloco de poder de cunho neoliberal que, vitorioso em 1994, leva Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. Todavia, sem temer analisar o papel que a CUT e o PT (organismos antes vinculados às lutas da esquerda e as bandeiras de caráter socialista) têm nesse processo, Demier usa o que Gramsci chamou de “transformismo” para demonstrar como essas organizações aderem, pouco a pouco, o modelo democrático blindado e passam a ser coniventes com a ordem burguesa no Brasil, colocando-se como defensores das contrarreformas do capital, o que teria consolidado uma democracia de tipo blindada no país.

No capítulo 4 *As jornadas de junho de 2013: a revolta popular contra a democracia blindada*, Demier demonstra como essas manifestações massivas foram fruto das contradições do próprio modelo democrático-blindado adotado pelo Estado capitalista do Brasil. Porém, ao contrário das revoltas de massa que sacudiram o mundo no mesmo período (ex: Primavera Árabe), o autor identifica que no Brasil os descontentes não identificaram o “regime democrático blindado” como principal causador das mazelas sociais que os levaram às ruas. Para sustentar a hipótese desse capítulo, Demier destaca o papel da mídia, que num primeiro momento condenava a “baderna” das manifestações e, num segundo, passou a apoiar os atos como cívicos, focalizando em questões generalistas, como, por exemplo, o combate à corrupção. Ou seja, a ideologia anticorrupção inflada pela grande mídia tentou alterar o real teor das manifestações iniciadas por setores progressistas e de esquerda contra a democracia blindada, no qual as demandas giravam em torno da melhoria dos serviços públicos como saúde, transportes e educação. O resultado foi uma massa de manifestantes bastante multifacetada e confusa. O autor aponta que após as revoltas de junho de 2013 - e da estratégia arriscada e bem-sucedida da burguesia/mídia de desqualificação da política com o combate a tudo que fosse “partidário” - a democracia blindada continuou intacta.

No Capítulo 5 *A onda conservadora e o golpe: esgotamento do petismo, ódio de classe e ofensiva burguesa*, Demier destaca como - através de um claro “transformismo” - o PT passou de oposição de viés classista a uma “máquina partidária capaz de gerir o capitalismo brasileiro melhor, e mais seguramente, do que as próprias representações políticas tradicionais da burguesia brasileira” (p.83). Esse fenômeno só poderia obter sucesso se fosse colocado em prática um modelo político que vinculasse as contrarreformas exigidas pelo capital com políticas sociais focalizadas como redução do desemprego. Segundo Demier, o PT conseguiu gerir o capitalismo brasileiro dessa forma até a segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff. A partir de então, com o impacto da crise econômica mundial e o fim de um período de aparente estabilidade capitalista no país, tem início o descontentamento social, liderados agora pelos setores mais reacionários do país (MBL, Revoltados online, paneleiros e etc.), que se consolida com o golpe de 2016. O PT, que optou por ser gestor da democracia

blindada no Brasil, experimentou o renascimento de uma direita moribunda e “*o cheiro do povo acirrou, claro, o ódio ao povo, o tradicional ódio de classe cultivado pelos estratos superiores brasileiros*” (p.89).

No sexto - e último - capítulo *O governo golpista de Temer: A força e fraqueza da democracia blindada Brasileira*, Demier demonstra como o modelo democrático blindado no Brasil cava sua própria cova e como um “*sujeito que, precisando aquecer-se, utiliza como lenha madeiras das paredes de sua própria casa*” (p.103). Ou seja, ao mesmo tempo em que um governo de direita tradicional (PMDB/PSDB) se coloca como gestor da mais brutal contrarreforma contra o povo - sendo responsável pela eliminação de direitos civis e políticos que jamais chegaram a vigorar plenamente – abre-se espaço para a dissolução do seu modelo de regime blindado justamente por destruir qualquer base ideológica para se apresentar em sua forma mais tirânica (p.105). Portanto - para recuperar Gramsci - o pessimismo da razão não elimina o otimismo da vontade de Felipe Demier, que termina sua reflexão afirmando que a democracia blindada no Brasil chegou ao seu ápice e, assim, criou as bases concretas para sua possível, e necessária, dissolução via contestação popular.

Resenha recebida em 22.11.2017

Aprovada em 2.2.2017